



CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL E FORTE DUQUE DE CAXIAS

PROJETO MÁRIO TRAVASSOS
Artigo Científico

**A FORMAÇÃO DO OFICIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX E AS
INFLUÊNCIAS FILOSÓFICAS DA ÉPOCA**

Tiago Segatto Vendruscolo

(Opinião de inteira responsabilidade do autor)

RIO DE JANEIRO
2022

A FORMAÇÃO DO OFICIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX E AS INFLUÊNCIAS FILOSÓFICAS DA ÉPOCA

Tiago Segatto Vendruscolo¹

RESUMO

O tema eleito sobre o século XIX que se inicia com o Brasil ainda sendo uma colônia Portuguesa é o que se depreende a análise do presente artigo. A pergunta de partida é sobre quais influências conduziram a formação dos oficiais do Exército nesse período? Pressupõe-se que ao passar por uma transformação, o Brasil colônia, com a vinda da Família Real Portuguesa e sua Corte, em 1808 impactou por meio de símbolos portugueses, franceses e ingleses, a história do EB. O longo período onde o Brasil foi um império acaba com o país já sendo uma república. Neste contexto, surge um exército nacional, onde era preciso formar os seus oficiais. As escolas militares vão sofrer, ao longo do século, com a forte influência dos pensadores europeus sobre a educação. Filósofos como Condorcet e Auguste Comte, vão determinar como os oficiais seriam formados, o auge da influência destes autores vai ser determinante com a história do Brasil. O estudo em discussão permite afirmar que ocorreu desde o início, uma forte influência do positivismo para o movimento de Proclamação da República revigorado dentro de uma escola militar em prol de suas valores e tradições.

Palavras-Chaves: Ensino Militar; Positivismo; Auguste Comte; Jean Condorcet

ABSTRACT

The theme chosen about the 19th century, which began with Brazil still being a Portuguese colony, is what the analysis of this article is about. The starting question is what influences led to the training of Army officers in this period? It is assumed that when colonial Brazil underwent a transformation with the arrival of the Portuguese Royal Family and its Court in 1808, it impacted, through Portuguese, French and English symbols, the history of the Brazilian Army. The long period in which Brazil was an empire ends with the country already being a republic. In this context, a national army arises, and it was necessary to train its officers. The military schools will suffer, throughout the century, from the strong influence of European thinkers on education. Philosophers such as Condorcet and Auguste Comte determined how officers would be trained. The study under discussion allows us to affirm that there was, from the beginning, a strong influence of positivism on the movement for the Proclamation of the Republic reinvigorated within a military school in favor of its values and traditions.

Keywords: Military Education; Positivism; Auguste Comte; Jean Condorcet

1. INTRODUÇÃO

O século XIX foi um período importante na história do país. Se inicia com o Brasil ainda como uma colônia de Portugal, situação que iria começar a mudar com a

¹ Graduando em Ciências Militares na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Pós-Graduado em Ciências Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO). Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA). E-mail: tiagoven@yahoo.com.br.

vinda da Família Real Portuguesa e sua Corte, em 1808. A situação do Brasil começa a se modificar, quando é elevada a situação de Reino Unido e que vai culminar com a sua independência, em 1822. A partir desse momento, o Brasil vai passar a maior parte do século XIX como um império, até a proclamação da República, em 1899, pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Essas alternâncias na forma de governo vão determinar o futuro da nova nação, mas neste contexto, também estava surgindo um Exército Brasileiro, agora com um sentimento nativista e não mais português.

Até a independência do Brasil, em 1822, o que se tinha no país era a presença do Exército Português, com o objetivo de defender a colônia de agressões estrangeiras. Além da manutenção dos interesses da metrópole sobre a sua colônia mais rentável. Após a independência, a guerra se espalha pelo país, com conflitos na Bahia, Pernambuco, Pará e Cisplatina. Com tropas vinculadas ao Império do Brasil, combatendo o Exército Português (WINTER, 2022).

A então colônia portuguesa sofria com a falta de acesso a diversos privilégios, que eram mantidos apenas na sede da corte, um deles era a restrição na área da educação. Para estudarem, principalmente nas universidades, as famílias brasileiras mais ricas mandavam seus filhos para estudar em Portugal ou em outros países europeus, pois no Brasil ainda não existiam universidades.

Dentro desse cenário, após a independência do Brasil, era necessário criar um exército nacional e nativista, para lutar pela concretização e consolidação deste novo país perante Portugal. Além de lutar, era necessário formar os oficiais deste novo exército. Mas como um país que, por mais de 300 anos, sofreu com a falta de escolas e a ausência de universidades, agora iria formar a oficialidades de um Exército Brasileiro e desenvolver uma nova nação? Esta será uma das análises que o presente trabalho apresentará.

Ao longo de todo o século XIX, a educação sofria a influência de diversos filósofos europeus. As ideias de Condorcet e Auguste Comte, vão determinar como os oficiais seriam formados. O ápice da influência sofrida na formação dos oficiais do exército será a Proclamação da República por militares.

Esta será uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida através de uma revisão bibliográfica. Diante dos resultados obtidos por meio das ferramentas utilizadas, que serão confrontados com os resultados obtidos e os documentos analisados, verificando a relação entres os pensamentos filosóficos da época, com as escolas militares que formavam os oficiais do Exército Brasileiro.

2. O ENSINO MILITAR NO SÉCULO XIX

Podemos dividir a história do ensino militar no Brasil entre o período anterior e o posterior à vinda da Família Real Portuguesa, quando aportaram no Brasil em 1808 (NOGUEIRA, 2013, p. 41). O cenário que a Corte se deparou ao chegar na sua colônia ultramarina, necessitou uma profunda reorganização política, social e econômica. O Exército não ficou de fora desta transformação, era preciso se profissionalizar, com isso é criada a Real Academia Militar. Escola destinada a formar os oficiais que iriam defender o Brasil e a Família Real, agora do outro lado do Atlântico.

Mas a Real Academia Militar não era a primeira escola militar instalada no Brasil. Em 1792, é criada na cidade do Rio de Janeiro a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, primeira Escola Militar das Américas.

2.1 Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho

O século XIX inicia com o Brasil ainda colônia portuguesa, mas possuindo uma escola militar. A Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, foi fundada em 1792, aos moldes da sua homônima portuguesa, criada dois anos antes. Nela, segundo CABRAL (2011), se inaugurou o ensino superior de engenharia no Brasil.

Mas a escola ainda possuía um viés de defesa do território brasileiro. Como ainda era uma colônia, o Brasil ainda não dispunha de todos os privilégios da metrópole e a educação no país era muito precária. Para os estudos, as famílias com condições financeiras enviavam seus filhos à Europa, principalmente Portugal e França.

Ainda não se trata de uma escola militar destinada à formação dos oficiais de um exército nacional, ela era destinada a defesa do território e dos interesses portugueses na colônia. O ingresso na escola era exclusivo de portugueses, ou seus descendentes, eram formados para construir fortes na costa (LUCHETTI, 2006, p.64).

2.2 Real Academia Militar

Os eventos que se desenrolam na Europa nos primeiros anos do século XIX, irão alterar o destino do Brasil como nação e o surgimento de um exército nativista, constituídos de brasileiros. As Guerras Napoleônicas redesenham o mapa europeu e marca a queda de várias famílias monárquicas. Isto fará com que a Família Real Portuguesa, liderada pelo Príncipe Regente Dom João, transfiram a sede do Império Português para o Brasil.

Em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa, a educação militar no Brasil sofre sua primeira transformação, era preciso profissionalizar as tropas presentes

no Brasil. Lembrando que o Exército Português permaneceu em Portugal combatendo a invasão francesa das tropas de Napoleão. Era necessário estruturar a tropa que defenderia o Brasil e a realeza.

Conforme NOGUEIRA (2013, p. 43), ao chegar no Brasil, Dom João, ainda Príncipe Regente, determina que o exército seja reorganizado e reestruturado, uma das primeiras ordens é a criação da Real Academia Militar, em 1810, pois era necessário prover a segurança da Família Real. Se antes o interesse de defender o Brasil era econômico e se instruía os oficiais o mínimo necessário para essa função, agora era preciso um exército profissional, com oficiais bem formados e seguindo os moldes europeus. Essa é a missão da Real Academia Militar.

Sua instituição se dá pela Carta de Lei, de 4 de dezembro de 1810, assinada pelo Príncipe Regente Dom João:

D. João, por graça de Deus, Principe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber a todos os que esta carta virem, que tendo consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem publico dos meus vassallos, e á defensa e segurança dos meus vastos dominios, que se estabeleça no Brazil e na minha actual Côrte e Cidade do Rio de Janeiro, cumcurso regular das Sciencias exactas e de observação, assumim como de todas aquellas que são applicações das mesmas aos estudos militares e praticos que formam a sciencia militar em todos os seus difficeis e interessantes ramos, de maneira que dos mesmos cursos de estudos se formem haveis officiaes de Artilharia, Engenharia, e ainda mesmo Officiaes da classe de Engenheiros geographos e topographos, que possam tambem Ter o util emprego de dirigir objectos administativos de minas, de caminhos, portos, canaes, pontes, fontes, e calçadas: hei por bem que na minha actual Corte e Cidade do Rio de Janeiro se estaveleça uma Academia Real Militar para um curso completo de sciencias mathematicas, de sciencias de observações, quaes a physica, chimica, mineralogia, metallurgia e historia natural, que comprehenderá o reino vegetal e animal, e das sciencias militares em toda a sua extensão, tanto de tactica como de fortificação, e artilharia, na fôrma que mais abaixo mando especificar; havendo uma Inspeção geral que pertencerá ao Ministro e Secretario de Estado da Guerra, e immediatamente debaixo das sua ordens á Junta Militar que mando crear para dirigir o memso estabelecimento, que sou servido ordenar na fôrma dos seguintes estatutos.

Na Carta de sua criação é possível determinar os dois grandes objetivos: formar oficiais para a defesa dos domínios portugueses no Brasil e formar oficiais para ajudar no desenvolvimento do território. Engenheiros, topógrafos e geólogos, iriam cooperar para criar a estrutura necessária da Corte, construiriam pontes, estradas, portos e tudo aquilo que fosse necessário.

A Real Academia Militar se instalou nas mesmas instalações que antes pertencia a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. A chamada Casa do Trem, que hoje abriga o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

Ainda de análise da Carta de Lei, de 4 de dezembro de 1810, é possível extrair uma rica quantidade de informações relativas ao ensino que se praticaria na Academia. O seu currículo poderia chegar a sete anos de estudos, o curso completo só seria ministrado aos oficiais de artilharia e engenharia, já os oficiais de infantaria e cavalaria cursariam os primeiros anos do curso. Sobre a relação na formação desses oficiais, temos:

Mas as Armas não eram vistas como linhas específicas de ensino, e sim apenas como níveis ou graus diferentes de estudos militares. Ou seja, os sete anos de estudos para artilheiros e engenheiros incluíam os estudos de Infantaria e de Cavalaria. (CASTRO, 1990, p. 135)

Havia a preocupação com a escolha dos instrutores e professores, que seriam encarregados da docência. Seus currículos seriam submetidos a uma Junta, deveriam ter conhecimento reconhecido e possuíam um plano de carreira dentro da Academia. Tinham seus salários e atribuições bem definidas pela Carta de 1810, fato que exalta a importância que estava se dando para a formação do oficial do exército.

A chefia da Real Academia Militar também foi revestida de importância, coube ao Tenente-General Carlos Antônio Napion, ser o primeiro comandante. Segundo CAROLINO (2012), o italiano Napion juntou-se às tropas portuguesas após se destacar no combate aos franceses na Europa. Especialista em mineralogia, química, metalurgia e artilharia, desembarcaram no Brasil junto com a Família Real, onde prestou diversos serviços na estruturação do exército, fatos que hoje lhe rende o título de Patrono do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro.

Instalada a Real Academia Militar no Brasil, em 1810, e o início do seu funcionamento a partir de 1811, os anos se seguiram. A situação política do Brasil continuava a evoluir, em 1815 o Brasil é elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O país aumentava de importância e agora estava equiparado a Portugal, não havia mais barreiras entre a metrópole europeia e a ex-colônia portuguesa. O exército também já nutria sentimentos nativistas e incorporava brasileiros às suas fileiras.

2.3 Imperial Academia Militar

No campo político e administrativo, a situação do Brasil e Portugal continuam em ebulição e transformação. Após criar, em 1815, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Dom João deixava de ser o Príncipe Regente. A Rainha Dona Maria I faleceria em 1816 e agora Dom João passava a ser o Rei Dom João VI. As tropas de

Napoleão haviam sido expulsas de Portugal, não havia mais justificativa para a permanência da Família Real no Brasil.

Os anos seguintes são marcados por eventos que culminaram na Independência do Brasil. Em 1820, na cidade do Porto em Portugal, inicia a Revolta do Porto, que exigia o retorno da Família Real, mas Dom João VI não demonstrava sinais de que voltaria à Europa, a situação se agrava e em 1821 o Rei retorna para Portugal. No Brasil permanece o Príncipe Dom Pedro, era um caminho sem volta, em 1822 Dom Pedro proclama a Independência do Brasil e se transforma no Imperador Dom Pedro I do Brasil. Aos poucos o Exército Brasileiro passava a contar, em seus quadros, apenas com oficiais brasileiros (NOGUEIRA, 2013, p. 45).

2.4 Escola Militar

Agora era necessário criar e organizar um exército brasileiro, que iria lutar pela consolidação da Independência do Brasil. Em 1822, a Real Academia Militar passa a chamar **Imperial Academia Militar**, as vezes também chamada de **Academia Militar do Império do Brasil** e em alguns documentos é citada como **Academia Militar da Corte** (ALMEIDA, ALVES, 2014). Adaptando o nome da academia, desvinculando do Reino de Portugal, para o recente criado Império do Brasil.

Mas, mesmo após a independência, a situação política no Brasil continuava em ebulição, em 1831 Dom Pedro I abdica do trono brasileiro, para retornar à Portugal e restaurar o trono de sua filha, Dona Maria II. Neste caos, o Brasil entre no Período Regencial, que vai perdurar até 1840, enquanto o futuro Dom Pedro II não atinge a maioridade.

A Imperial Academia Militar centralizava a formação dos oficiais da Marinha e do Exército do Império, pois nela se incorporou a **Academia Imperial da Marinha**. (BENTO, 1987).

Em 1839, ocorre a separação definitiva entre a Marinha e o Exército (LUCETTI, 2006, p. 67), com a criação da **Escola Militar**. Era o início da mais profunda transformação e profissionalização na formação dos oficiais do exército. A escola era criada sob a inspiração dos programas da Escola Politécnica e da Escola de Aplicação de Metz, na França (ALMEIDA, ALVES, 2014).

A Escola Militar foi criada pelo Decreto Nr 25, de 14 de janeiro de 1839, pelo Regente Pedro de Araújo Lima, lembrando que Dom Pedro II ainda não possuía idade para assumir o trono brasileiro. A organização da escola pode ser vista nos primeiros artigos do referido decreto.

O Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo Decreta:
Art. 1º A actual Academia Militar será, desde já, regida provisoriamente pelos novos Estatutos apresentados á Assembléa Geral Legislativa em Proposta do Poder Executivo de 25 de julho de 1838, em tudo que não se oppuzer á legislação em vigor.

Art. 2º Uma Commissão especial nomeada pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, e presidida pelo Commandante da Escola Militar, ou pelo Inspector da mesma, ou pelo membro da dita Commissão de maior graduação, na falta daqueles, será incumbida de apresentar antes do dia 1º do proximo futuro Março, em que deverá ter lugar a abertura da Escola Militar, os seguintes trabalhos:

1º **Os necessarios Regulamentos para a mencionada Escola, servindo-lhe de norma os que se achão presentemente em vigor na Escola Polytechnica, e na da applicação de Metz, em França,** em tudo que fôr adaptavel ao plano dos Estatutos, comprehendendo nas suas disposições quanto tenha relação com a direcção dos estudos, com a administração economica, e com a disciplina escolastica: o que só terá execução depois da approvação dada por Decreto do Governo.

2º A distribuição das materias designadas nos mencionados Estatutos pelas cadeiras que deverãõ ser creadas na Escola: e conjunctamente a distribuição dos actuaes Lentes pelas referidas cadeiras, segundo a analogia de suas respectivas habilitações.

3º **A organização provisoria dos programmas de ensino e dos exames, os quaes servirão por um anno; approximando-se quanto ser possa á que se acha em pratica nas Escolas acima indicadas.**

4º A classificação dos alumnos da actual Academia em relação á nova organização dos cursos. (BRASIL, 1839, grifo do autor)

Ainda de acordo com o pelo Decreto Nr 25, de 14 de janeiro de 1839, a Escola Militar possuía dois cursos. O primeiro curso, com duração de dois anos, formava os officiais de Infantaria e de Cavalaria, aqueles que dessem prosseguimento aos estudos, ao concluírem o primeiro curso, ingressavam no segundo curso. Este curso tinha a duração de mais três anos e se destinava a formar os officiais de Artilharia, Engenharia e do Estado-Maior.

Ao se analisar o seu artigo terceiro, encontramos semelhanças com o atual processo de seleção da Academia Militar das Agulhas Negras.

Art. 3º Os candidatos para alumnos da Escola Militar admitidos por via de **concurso**, até ser preenchido O maximo do numero, que annualmente fixado pelo governo, segundo as necessidades do serviço militar.

A idade de quinze a vinte um annos, **isenção de defeitos physicos, e de enfermidades chronicas**, além da qualidade do **Cidadão Brasileiro**, serão requisitos exigidos para serem admittidos a concurso, exeptuados os Candidatos Militares, e aquelles que tiverem permissão do governo assistirem ás lições (BRASIL, 1839, grifo do autor).

Semelhante ao que acontece nos dias atuais, o ingresso se dava por concurso, se exigia condições de saúde e físicas, além de ser permitido apenas aos cidadãos brasileiros. O decreto ainda estabelece outras normas de funcionamento, vencimentos

recebidos pelos alunos, as disciplinas a serem ministradas, a composição do corpo docente da escola, avaliações, uniformes, disciplina militar, ou seja, é um documento completo de organização da nova escola. O que justifica a sua tentativa de profissionalização na formação dos oficiais.

Mas esta tentativa de profissionalização não alcançou o efeito desejado. Várias foram as dificuldades encontradas na implantação e funcionamento da Escola Militar. Conforme LUCHETTI (2006, p. 67), as dificuldades se davam pela “falta de professores, de livros, reprovações significativas, número reduzido de formandos e o crescente sentimento da sua inadequada prática pedagógica pelo teorismo exagerado e pela pouca atividade prática-militar”.

2.5 Escola Militar e Escola Central

Já na segunda metade do século XIX, no ano de 1858, o Exército Imperial realiza mais uma tentativa de melhorar a formação dos seus oficiais. Com o Decreto Nr 2.116, de 1º de março de 1858, modificado pelo Decreto Nr 2.582, de 21 de abril de 1860, onde o Imperador Dom Pedro II cria a **Escola Militar** e a **Escola Central**.

A formação científica dos engenheiros e dos militares das armas ainda não estava desvinculada. A Escola Central era destinada aos cursos de “scencias mathematicas e físicas” e de engenharia civil (BRASIL, 1860), passando a funcionar no Largo do São Francisco. Já a Escola Militar era destinada aos oficiais das armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia, passou a funcionar no Forte da Praia Vermelha. Para ingressar na Escola Militar, o aluno deveria ter cursado anteriormente a Escola Central.

Assim tentou-se, segundo LUCHETTI (2006, p. 71) tentou-se dividir a formação operacional da formação técnico-científica. Para MOTTA (1998, p.113), “numa as matemáticas, as ciências físicas, o estudo da Engenharia; noutra o regime militar rigoroso, a ordem unida, o acampamento, o manejo das armas, a prática do tiro”.

O Decreto Nr 2.582, de 21 de abril de 1860, que criou a Escola Militar e a Escola Central, é um documento rico em detalhes. Nele pode-se mais uma vez analisar os currículos ensinados nas escolas, a composição do corpo discente e docente, o funcionamento de ambas as escolas, critérios de seleção dos candidatos, ou seja, um reflexo do momento social e político vivido pelo então Império do Brasil.

Mas este formato de escola científica e militar sob o mesmo regulamento, não era um consenso no Império. Em sessão da Câmara dos Deputados, em sessão de 11 de junho de 1860, entre de José Maria da Silva Paranhos, o futuro visconde do Rio Branco,

e o Ministro da Guerra, Sebastião do Rêgo Barros, cargo equivalente atualmente ao de Comandante do Exército.

O Sr. Paranhos – Senhores, **a escola central não é meramente militar**; ella **não é so destinada ao serviço do exercito**, deve fornecer pessoas habilitadas para os estabelecimentos industriaes e agrícolas do paiz, deve dar engenheiros geógrafos. Entendo, pelo plano que adoptou o nobre ministro, sacrifica-se tudo ao regimen militar especiaes do exercito. **Se o nobre ministro organisasse a escola militar e de aplicação como ella devia ficar, não era preciso na central todo esse apperlho militar** que lá vai montar: **não precisamos ali tambor nem de corneta**, não era necessário um internato que há de trazer muita despeza, porque para estabelecer um internato o edificio actual não é apropriado.

Eis-aqui, senhors, como creio que as duas escolas ficarão bem organizadas; que se poderia abreviar os cursos militares sem prejudicar o das sciencias exactas e de suas importantes applicações a engenharia e aos trabalhos industriaes (BRASIL, 1860, grifo do autor).

No trecho é possível verificar que Paranhos contestava a formação e o aparato militar da Escola Central. Defendia que ali eram formados os engenheiros que iriam auxiliar no desenvolvimento do país. Para ele, a estrutura militar da escola a tornava mais cara de manter, posição dada ao questionar a necessidade do curso de engenharia se dar por internato. No mesmo sentido, demonstra que a formação dos oficiais de armas era ainda mais cara, pois o aluno deveria concluir a Escola Central e depois cursar a Escola Militar. Na proposta de Paranhos, ambas deveriam estar separadas. Sem a necessidade de obedecer à estrutura proposta pelo Decreto Nr 2.582, de 21 de abril de 1860.

Na continuação da Ata da sessão da Câmara dos Deputado, no discurso de Paranho, é possível verificar outros problemas da época. A falta de professores atingia as escolas e um dos motivos eram os baixos salários. Havia poucos candidatos à formação de oficiais das armas na sede da Corte. Na época o maior efetivo exército estava no sul do país, a adesão era tão baixa no ingresso na escola militar, que em 1851 o imperador criou o Curso de Infantaria e de Cavalaria, em Porto Alegre - RS (BRASIL, 1851).

Em breve este formato de escolas será testado, pois em 1864 dará início a Guerra da Tríplice Aliança. E no campo de batalhas, a formação combatente e científica serão postas à prova.

2.6 Escola Militar da Praia Vermelha

A Guerra da Tríplice Aliança terminará em 1870, as experiências trazidas do combate começaram a servir de lição para a reformulação das escolas militares do

império. O problema suscitado por José Maria da Silva Paranhos, em 1860, seria solucionado em 1874, com o Decreto Nr 5.529, de 17 de janeiro de 1874.

O decreto estabelecia que a formação dos oficiais combatentes ficaria a cargo da **Escola Militar da Praia Vermelha**, mantendo sua subordinação ao Ministro da Guerra. Já a Escola Central, deixava de ser subordinada ao Ministro da Guerra e passava a ser subordinada diretamente ao império, agora sim, se transformava em uma instituição de ensino civil.

A Escola Militar da Praia Vermelha se destinava a formar os oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Estado Maior e Engenharia Militar, conforme o art. 35, do referido decreto.

Sobre o currículo da Escola, temo:

Art. 36. As doutrinas que constituem o ensino theorico da escola militar serão distribuidas pelos seguintes annos e cadeiras:

1º anno - 1ª cadeira. - Algebra superior; geometria analytica; calculo differencial e integral. 2ª cadeira - Physica experimental, comprehendendo elementos de telegraphia electrica militar; chimica inorganica. Aula. - Desenho topographico; topographia e reconhecimento do terreno.

2º anno - 1ª cadeira. - Tactica; estrategia; historia militar; castrametação; fortificação passageira e permanente, comprehendendo o ataque e defesa dos entrancheiramentos e das praças de guerra; noções elementares de balistica. 2ª cadeira. - Direito internacional applicado ás relações de guerra, precedendo noções de direito natural e direito publico; direito militar, precedendo analyse geral da Constituição do Imperio. Aula. - Geometria descriptiva, comprehendendo o estudo sobre planos cotados e sua applicação ao desenfiamento das fortificações militares.

3º anno - 1ª cadeira. - Mecanica racional e sua applicação ás machinas; balistica. 2ª cadeira. - Technologia militar, comprehendendo o desenvolvimento de telegraphia e illumination electrica na defesa das praças e precedida das noções indispensaveis de mineralogia, geologia e botanica; artilharia; minas militares. Aula. - Desenho de fortificação e das machinas de guerra.

4º anno - 1ª cadeira. - Trigonometria espherica; optica; astronomia; geodesia. 2ª cadeira. - Administração militar, precedendo noções de economia politica e de direito administrativo. Aula. - Desenho geographico; redução de cartas.

5º anno - 1ª cadeira. - Construcções civis e militares; hydraulica, comprehendendo as principaes noções sobre regimens de rios, encanamentos e motores d'agua; estradas ordinarias e vias ferreas, principalmente em relação á arte da guerra. 2ª cadeira. - Mineralogia; geologia e botanica, precedidas das noções indispensaveis de chimica organica. Aula. - Noções de architectura civil e militar; desenho de architectura; execução de projectos.

O ensino theorico será prestado segundo programmas especiaes, organizados pela congregação da escola, e comprehenderá quatro cursos distinctos:

1º de infantaria e cavallaria. 2º de artilharia. 3º de estado maior de 1ª classe. 4º de engenharia militar.

§ 1º O primeiro curso constará do 1º e 2º anno, com excepção do calculo differencial e integral para os que desde o primeiro anno não se destinarem ao curso de artilharia.

§ 2º O segundo curso comprehenderá todas as materias do 1º, 2º e 3º anno.

§ 3º O terceiro se comporá do 1º, 2º, 3º e 4º anno.

§ 4º O quarto abrangerá todas as doutrinas theoricas e praticas dos cinco annos da escola (BRASIL, 1874).

Apesar das mudanças, com a separação das escolas, ainda é possível perceber o modelo antigo de currículo, onde as formações se davam pela continuidade dos estudos. Infantes e cavalarianos se formariam cursando o 1º e o 2º ano da escola, o artilheiro cursaria os mesmos 1º e 2º anos, além do 3º ano. Os de estado maior cursariam mais o 4º ano e os engenheiros militares cursariam todos os cinco anos da escola. Ou seja, um artilheiro tinha a formação completa de infantaria e cavalaria, muito diferente dos dias atuais, que todos os cadetes cursam um primeiro ano de instrução comum e do 2º ao 4º ano participam apenas do curso da sua arma.

Percebe-se também, que o currículo ainda era extremamente científico, apesar de aumentar a proposta de atividades praticas e militares. O Decreto Nr 5.529, de 17 de janeiro de 1874, institui todo o funcionamento da escola, sua organização, composição do seu corpo docente, remunerações, avaliações, atividades e tudo o que era preciso ser normatizado. Mas trazia uma novidade, seu art. 180 proibia que os alunos militares fossem matriculados na Escola Central. Não era mais possível o trânsito de alunos entre as escolas.

No campo político e social, o Brasil havia abolido a escravidão em 1888 e a República foi proclamada em 1889. Este segundo evento com influência de militares e alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, que será a escola militar mais importante do Exército Brasileiro, nos últimos anos do século XIX, até a sua extinção em 1913, com a criação da **Escola Militar do Realengo**.

3. AS INFLUÊNCIAS FILOSÓFICAS NO ENSINO MILITAR NO SÉCULO XIX

Para analisar as influências filosófica que conduziram o ensino militar no Brasil do século XIX, é preciso analisar como acabara o século anterior. De 1789 a 1799, a França foi assolada pela Revolução Francesa, que transformou o país e seus ideais se propagariam por toda a Europa. No campo filosófico, a Revolução Francesa foi conduzida sob ideal Iluminista.

Logos os ideais iluministas atravessariam o Atlântico e chegariam ao Brasil. Como já dito anteriormente, as famílias brasileiras mais ricas mandavam seus filhos estudar na Europa, principalmente para Portugal e França. Muitos Brasileiros que estudavam no país, vivenciaram e lutaram na Revolução Francesa. Um desses brasileiros foi José Bonifácio de Andrada e Silva, Patrono da Independência do Brasil, primeiro tutor de Dom Pedro II e uma das pessoas mais influentes do Brasil na metade do século XIX (REZZUTTI, 2015, p. 115).

3.1 Marquês de Condorcet

A vinda da Família Real Portuguesa e sua Corte para o Brasil, em 1808, acelerou o processo de modernização do país, não só no campo econômico, mas também na educação e na cultura.

O filósofo francês Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, mais conhecido como Marquês de Condorcet, teve uma grande influência no ensino no Brasil no século XIX. Sua obra "Ensaio sobre o progresso do espírito humano" foi traduzida para o português e divulgada no Brasil, onde Condorcet foi considerado um dos precursores do pensamento liberal (BOTO, SOUZA, 2021). Suas ideias sobre a liberdade de ensino e a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos influenciaram diretamente o desenvolvimento do ensino no país.

Outra influência filosófica e cultural, que influenciou a educação no Brasil, na primeira metade do século XIX, foi a Missão Artística Francesa, contratada por Dom João (REZZUTTI, 2015, p. 67). Os franceses foram os primeiros a introduzir a metodologia de ensino de arte no país. Além disso, a missão também trouxe ao Brasil um grande número de artistas e escultores, o que ajudou a elevar o nível das artes no país. Sob a influência de Condorcet, no início do século XIX, o Brasil começa a se organizar como uma nação e cria suas primeiras escolas militares.

3.2 Auguste Comte

A segunda metade do século XIX é marcado pelos ideais de outro filósofo francês, Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, criador do Positivismo. Conforme MAESTRI (2000, p. 16) o Positivismo já era conhecido no Brasil desde a década de 1840, expressava-se inicialmente no estudo da matemática, mas somente em 1874 é que começa a se organizar como uma corrente no país. Coincidentemente, 1874 é o ano de criação da Escola Militar da Praia Vermelha.

Em 1º de abril de 1876, sob iniciativa de Antonio Carlos de Oliveira Guimarães, professor de matemática do Colégio Pedro II, fundou-se uma sociedade positivista, neste grupo encontrava-se Benjamin Constant (MAESTRI, 2000, p. 20).

Na Escola Militar da Praia Vermelha, o principal divulgador do Positivismo foi o Major Benjamin Constant, ex-combatente da Guerra da Tríplice Aliança e que era professor de matemática na escola. Os ideais eram ensinados, mesmo Auguste Comte propondo uma ideia de que o espírito científico e o espírito militar eram incompatíveis (MAESTRI, 2011, p. 17).

Esta incompatibilidade de pensamentos irá se alastrar entre os alunos da escola militar, a segunda metade do século XIX já se caracterizava por críticas sociais dentro da caserna. A monarquia e a escravidão eram combatidas abertamente, pois não cabiam no ideário do positivista. Ao se analisar o currículo da Escola Militar da Praia Vermelha, é possível verificar a carga científica presente nas suas disciplinas. Este acaba sendo um terreno fértil para a propagação dos ensinamentos de Comte.

Conforme CASTRO (2015, p. 15), os jovens oficiais “científicos” se organizavam em reuniões, que culminaria com a criação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887, com Benjamin Constant sendo seu primeiro presidente o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Uma das formas de divulgar as ideias filosóficas dentro da Escola Militar da Praia Vermelha foi a Revista da Família Acadêmica (JUNIOR, 2011, p. 48). O grupo de alunos editores era composto Lauro Müller, Tasso Fragoso e Euclides da Cunha. Que tiveram importante participação no processo de Proclamação da República.

Em 1889, os ideais positivistas de Comte já dominavam a Escola Militar da Praia Vermelha, no ano anterior, 1888, a escravidão havia sido abolida. Além da busca pela valorização da carreira militar, faltava um objetivo aos positivistas e alunos da escola: a Proclamação da República. Já no posto de Tenente-Coronel, Benjamin Constant faz articulações no Clube Militar, com civis e chega a liderar tropas pela derrubada da Monarquia (REZZUTTI, 2019, p. 553).

Com a proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, pelo Marechal Deodoro, a influência de Benjamin Constant em todo o processo, o tornou o primeiro Ministro da Guerra da República, cargo equivalente ao de Comandante do Exército Brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como propósito oferecer, de forma sintética e objetiva, uma análise da influência filosófica na formação dos oficiais do exército no século XIX. Para consecução deste objetivo, optou-se por uma descrição da cronologia de funcionamento das escolas militares ao longo do referido século, bem como uma breve descrição dos pensamentos filosóficos da época.

Os últimos anos do século XIX foram marcados por instabilidades políticas, o Brasil que passara por quase 400 anos sob um regime monárquico, agora precisava implantar uma República. Os primeiros governos e presidentes foram em grande parte, compostos por ex-alunos das escolas militares do Império. As ideias positivistas de

Comte, difundidas na Escola Militar da Praia Vermelha, marcam o Brasil até hoje, pois em nossa bandeira ainda tremula a frase positivista “Ordem e Progresso”.

No exército, havia uma profunda desorganização nas escolas militares de formação de oficiais. As escolas militares apresentadas neste trabalho compreendem uma parcela das demais que existiram no Brasil, no período. Várias outras escolas existiram no Rio de Janeiro e nas províncias, sempre tentando suprir as necessidades do exército e do país, seja para proteger o território, seja para auxiliar no desenvolvimento da nação.

O forte pensamento crítico dentro da Escola Militar da Praia Vermelha continua no início do século XX. Em 1904, a escola é uma das protagonistas na chamada Revolta da Vacina. Segundo RODRIGUES (2008, p. 217), em decorrência da participação na Revolta, 275 alunos foram excluídos a bem da disciplina; O exército criou duas novas escolas militares no subúrbio do Rio de Janeiro (Realengo e Curato de Santa Cruz), uma em Rio Pardo, e uma em Porto Alegre. O objetivo era afastar seus alunos das intensas atividades políticas desenvolvidas na capital do Brasil.

Neste cenário de caos, que afetava a formação dos oficiais do Exército Brasileiro, o Marechal José Pessoa, ainda no comando da Escola Militar do Realengo, idealizou e construiu a Academia Militar das Agulhas Negras, na cidade de Resende – RJ, no ano de 1944.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe. ALVES, Salomão Pontes. Academia Imperial Militar. **Arquivo Nacional MAPA**. 2014. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/244-academia-imperial-militar>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

BENTO, Cláudio Moreira. Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil (1792-1987). **Academia de História Militar Terrestre do Brasil**. 1987. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/escolas.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

BOTO, Carlota. SOUZA, Leonardo Marques de A instrução pública em Condorcet e suas vicissitudes. Revista Brasileira de Educação [online]. 2021, v. 26 [Acessado 25 Setembro 2022], e260052. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260052> <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260053>>. Epub 20 Ago 2021. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260052>.

BRASIL. **Carta de Lei, de 4 de dezembro de 1810**. Crea uma Academia Real Militar na Côrte e Cidade do Rio de Janeiro.

_____. **Assembleia da Câmara dos Deputados**. Sessão de 11 de Junho de 1860. Anais da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

_____. **Decreto Nr 25, de 14 de janeiro de 1839**. Dando nova organização á Academia Militar.

_____. **Decreto Nr 2.582, de 21 de abril de 1860**. Approva o Regulamento organico das Escolas Militares do Imperio, modificando o do 1º de Março de 1858.

_____. **Decreto Nr 634, de 20 de setembro de 1851**. Sanciona a Resolução da Assembléia Geral creando na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul hum curso de Infantaria e Cavallaria.

CABRAL, Dilma. Real Academia Militar. **Arquivo Nacional MAPA**. 2011. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/126-academia-real-militar>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

CAROLINO, Luís Miguel. **Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, a Academia Real Militar do Rio de Janeiro e a definição de um gênero científico no Brasil em inícios do século XIX**. Revista Brasileira de História [online]. 2012, v. 32, n. 64 [Acessado 27 Setembro 2022], pp. 251-278. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000200014>>. Epub 16 Jan 2013. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000200014>.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. 2ª Edição Revista. Rio de Janeiro. Zahar, 1990.

_____. **A Proclamação da República**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

JUNIOR, Renato J. P. Restier. A Escola Militar da Praia Vermelha: espaço de aspirações intelectuais no final do Império. **Revista Brasileira de História Militar**. Rio de Janeiro, Nr 6, p. 46 – 54, dezembro, 2011. Disponível em: <https://www.historiamilitar.com.br/edicao/edicao-06-ano-ii-dezembro-de-2011/>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O Ensino no Exército Brasileiro: histórico, quadro atual e reforma**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas: Piracicaba, 2006.

MAESTRI, Mário. Os Positivistas Ortodoxos e a Guerra do Paraguai. **Revista Brasileira de História Militar**. Rio de Janeiro, Nr 4, p. 14 – 36, abril, 2011. Disponível em: <https://www.historiamilitar.com.br/edicao/edicao-04-ano-ii-abril-de-2011/>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Currículos e regimes da academia militar 1810-1944. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1998.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Educação Militar no Brasil: um breve histórico. **Revista Brasileira de História Militar**. Rio de Janeiro, Nr 12, p. 39 – 61, dezembro,

2013. Disponível em: <https://www.historiamilitar.com.br/edicao/edicao-12-ano-iv-dezembro-de-2013/>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

REZZUTTI, Paulo. **Dom Pedro: a história não contada**. 1ª ed. São Paulo, Leya, 2015.

_____. Dom Pedro II: a história não contada. 1ª ed. São Paulo, Leya, 2019.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

WINTER, Murillo Dias. **A guerra fez-se de escritos assustadores**: os folhetos na independência do Brasil (província Cisplatina, 1821-1824). *Topoi* (Rio de Janeiro) [online]. 2022, v. 23, n. 50 [Acessado 25 Setembro 2022], pp. 563-584. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X02305011>>. Epub 26 Ago 2022. ISSN 2237-101X. <https://doi.org/10.1590/2237-101X02305011>.